

19º Congresso Brasileiro de Sociologia

9 a 12 de julho de 2019

UFSC - Florianópolis, SC

Grupo de Trabalho 29: Migrações contemporâneas no Brasil. Novos fluxos, novas perspectivas sociológicas

Título do Trabalho: Inserção de imigrantes no mercado de trabalho: integração de dados e análise dos novos fluxos

Autores: Wagner Oliveira¹, Antônio Tadeu de Oliveira², Leonardo Cavalcanti³ e Ana Guedes⁴

¹ Pesquisador na Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas (FGV DAPP) e doutorando em Economia na Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE).

² Coordenador estatístico do Observatório de Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (OBMigra/UnB) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ Coordenador científico do Observatório de Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (OBMigra/UnB) e professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB).

⁴ Coordenadora acadêmica na Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas (FGV DAPP).

Inserção de imigrantes no mercado de trabalho: integração de dados e análise dos novos fluxos

Resumo

O tema das migrações internacionais se destaca na agenda pública ao longo da década de 2010, especialmente pelo aumento dos fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos para o Brasil. Dentre as questões debatidas, indaga-se como a população migrante, em busca de melhores condições de vida, consegue se inserir no mercado de trabalho formal. A resposta a esse questionamento requer estatísticas confiáveis e atualizadas, o que pressupõe integração de bases de dados. O artigo propõe, a partir da integração inédita das bases RAIS, CAGED e CTPS, realizar um diagnóstico da integração dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro ao longo da última década com uso de ferramentas de análise estatística. Os resultados do estudo apontam que a recuperação do emprego pós-recessão no Brasil foi mais rápida entre estrangeiros do que entre brasileiros na média, mas que a movimentação de estrangeiros é, em geral, mais volátil, o que está relacionado com as características dos empregos típicos dos migrantes. A análise sugere dificuldades de inserção no mercado de trabalho de acordo com habilidades e competências, em especial para migrantes haitianos e venezuelanos. Estas dificuldades podem estar relacionadas a gargalos da política migratória brasileira, como a questão da validação de diplomas estrangeiros. O artigo sustenta que a integração dos dados existentes pode qualificar o processo de tomada de decisão na política e gestão das migrações internacionais no Brasil.

1. Introdução

O presente artigo ressalta o potencial da integração e do cruzamento dos dados existentes para produzir análises que qualificam a tomada de decisão da política migratória e a gestão das migrações internacionais no Brasil. Parte do fato de que um dos principais gargalos para o sucesso da política migratória brasileira é a necessidade de promover a integração de dados dispersos de diversas fontes (RUEDIGER, 2015).

Isso tornaria a ação dos gestores públicos mais eficaz, criando uma base informacional ampliada para a produção de novos conteúdos, incluindo pesquisas que possam subsidiar o debate público e tomada de decisão.

Mais especificamente, este artigo apresenta uma análise estatística da inserção dos migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro a partir do cruzamento inédito de três bases de dados: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), todas do Ministério do Trabalho (MTb). O processo de junção dessas bases tem como principal objetivo melhorar a identificação dos estrangeiros e permitir o estudo da sua movimentação no mercado de trabalho.

O artigo está estruturado em seis seções além desta introdução: uma breve revisão de literatura de base para as análises aqui empreendidas, uma apresentação da metodologia de integração das bases de dados, uma seção com os resultados da análise empreendida, além das considerações finais, referências e o anexo contendo a tipologia de status migratório.

2. Literatura

A relevância da temática de integração de dados para subsidiar as políticas de migração se dá pela dinamicidade do fenômeno, ao se constatar a mudança nas principais correntes migratórias que se destinavam ao país, como mostra Cavalcanti (2015). No contexto de restrição à imigração em função do aparato legal vigente anteriormente⁵, os fluxos se originavam predominantemente do Norte Global, com os migrantes chegando em maior número devido à demanda de empregadores nacionais ou internacionais (ACCIOLY, 2009), além da acolhida de imigrantes advindos de países vizinhos.

A partir do final da década de 2000 a situação se altera. Apesar de permanecer em vigência um marco jurídico restritivo à entrada de migrantes, as políticas mais liberalizantes implementadas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

⁵ O chamado Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) foi vigente até Maio de 2017, quando entra em vigor a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).

possibilitaram o ingresso de nacionalidades até então pouco presentes no território brasileiro, como foram os casos dos haitianos, senegaleses e congolezes, entre outros (CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACEDO, 2018). Diferentemente do caso dos migrantes por demanda de empregador local, esses novos imigrantes buscam melhores condições de vida no país e, muitas vezes, fogem de situações hostis nos seus países de origem (BAENINGER e PERES, 2017).

Nesse contexto, é possível apontar alguns eventos catalisadores dos fluxos, alguns dos quais sinalizados por Villen (2012), tais como: assinatura do Acordo de Residência do Mercosul e Países Membros, as crises social, econômica e política, agravadas por questões climáticas no Haiti, a profunda reestruturação na economia chinesa, o agravamento na situação econômica em países africanos e o conflito na Síria. Esses fatores trouxeram para o Brasil migrantes com perfis completamente distintos daqueles que anteriormente aportavam ao país. Nesse sentido, para além do acolhimento em território brasileiro, políticas de integração de migrantes devem fazer parte da agenda migratória do país.

Este artigo busca contribuir para a literatura recente que tem analisado a inserção dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro, trazendo novas informações e interpretações sobre as tendências recentes dos fluxos migratórios. O artigo está fundamentado em pesquisas tais como Guedes et al. (2018), Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2018), Ruediger et al. (2017), Ruediger (2015), Cavalcanti (2015), além de dialogar com outros estudos que buscam entender a integração de migrantes na sociedade brasileira dentro da nova realidade dos fluxos migratórios nacionais como Pereda et al. (2019), Silva e Fernandes (2017), Bógus e Jarochinski (2017), Simões (2017), Baeninger (2017) e Fernandes, Milesi e Farias (2012).

3. Metodologia de integração de dados

O processo empreendido para este trabalho contempla a ligação, a partir de método determinístico, das bases CTPS, RAIS e CAGED. O processo de pareamento dessas bases qualifica as informações no sentido de contornar o problema do CAGED, que não possui a informação de nacionalidade. Além disso, amplia o conjunto de

registros a serem pareados, pois agrega o estoque de trabalhadores no mercado formal presentes na RAIS⁶, possibilitando a captação de um volume maior de movimentação de curto prazo desses trabalhadores (DICK, et al, 2018).

Outro benefício da junção é a melhora da identificação dos países de nascimento dos imigrantes, dado que essa variável na CTPS é mais desagregada do que na RAIS. O *linkage* dessas bases proporciona informações mais atualizadas e com melhor qualidade sobre a movimentação⁷ do trabalhador migrante formalmente integrado ao mercado laboral brasileiro (OLIVEIRA et al, 2016). Estavam disponíveis para implementação do processo de *linkage* os extratos das bases para as seguintes séries históricas: 2009 a 2017 para a CTPS, 2010 a 2017 para a RAIS e 2011 a 2017 para o CAGED.

De acordo com Dick et al (2018), inicialmente, foi realizada a junção entre as bases RAIS e CTPS, usando o número do PIS como variável chave. Foi aplicado um algoritmo de limpeza adequado em ambas as bases, de forma que se ficasse com apenas um registro por número de PIS. No caso da RAIS, a limpeza foi efetuada em cada ano individualmente, priorizando o registro mais recente e, no caso da CTPS, aplicou-se exatamente o mesmo procedimento de limpeza adotado para ligação com o CAGED. O resultado sintético da ligação entre RAIS e CTPS pode ser visualizado no quadro 1.

Quadro 1 - Origem dos registros da base conjunta RAIS-CTPS em relação às bases individuais

		Proveniente da base RAIS	
		Sim	Não
Proveniente da base CTPS	Sim	163.322	94.488
	Não	190.298	-

Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

⁶ O dado de estoque refere-se ao número de trabalhadores migrantes empregados no dia 31 de dezembro de cada ano.

⁷ A informação sobre as movimentações do trabalhador migrante leva em consideração as admissões e desligamentos desses trabalhadores.

Tabela 1 - Quantitativo de registros RAIS-CTPS estoque, registros com informação CTPS incorporada e registros com informação CTPS desconsiderada, 2010-2017

Ano	Registros RAIS-CTPS estoque	Registros com informação CTPS incorporada	Registros com informação CTPS desconsiderada
2010	62.965	5.542	49
2011	70.707	10.009	68
2012	81.015	18.703	150
2013	100.276	33.522	183
2014	124.328	54.199	192
2015	135.813	64.948	161
2016	120.858	55.618	253
2017	130.101	66.219	115

Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

Efetuada a ligação entre as bases, a etapa seguinte foi de harmonização entre as variáveis para melhorar a identificação dos estrangeiros no CAGED, procedimento usualmente feito com a base CTPS. Desta forma, priorizou-se sempre as informações da CTPS. O número de registros com informações incorporadas da CTPS e os casos em que não foi possível considerar tal informação são demonstrados na tabela 1.

Efetuada a harmonização da base conjunta, a etapa seguinte foi a limpeza desta nova base. Para os registros provenientes da RAIS, aplicou-se o algoritmo de validação do CPF, descartando os registros cujo valor do CPF não fosse validado. A limpeza desta base RAIS-CTPS foi finalizada mantendo-se apenas um registro para cada número de PIS. Na ocorrência de mais de um registro, priorizou-se o mais antigo, identificado a partir da variável idade.

Depois de adotados todos os procedimentos citados, a base RAIS-CTPS está pronta para efetuar a junção com o CAGED. Novamente, o número do PIS é a chave adotada para esta junção, que é realizada a partir do CAGED consolidado de cada ano. Em seguida, o mesmo procedimento de limpeza adotado para a base CTPS-CAGED é efetuado, identificando duplicidades a partir de um conjunto de variáveis do

CAGED. A partir da ampliação da base de carteiras assinadas, obtida com o pareamento das bases CTPS/RAIS, procedeu-se à junção com o banco de dados do CAGED. A tabela 2 mostra o resultado do pareamento RAIS-CTPS-CAGED.

Tabela 2 - Volume de migrantes por condição de ocupação nas bases pareadas CTPS-CAGED e RAIS-CTPS-CAGED, incluindo a diferença, 2010-2017

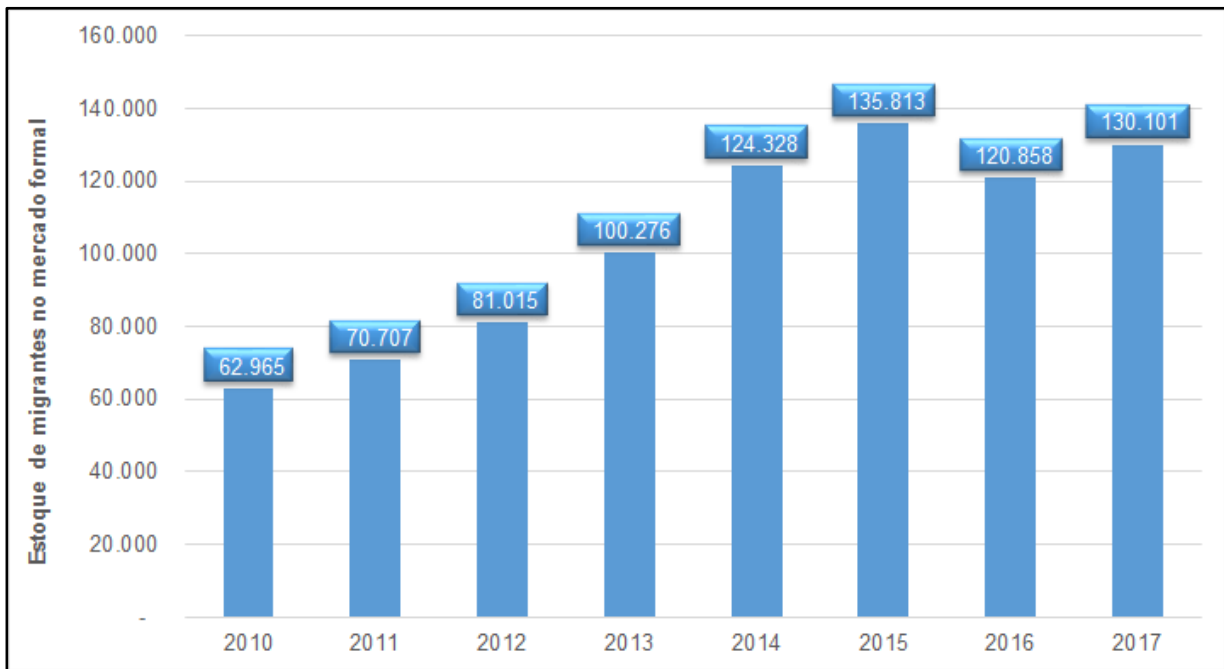
Ano	Volume CTPS-CAGED	Volume RAIS-CTPS-CAGED	Diferença
Admissões			
2011	11.486	40.667	29.181
2012	20.778	49.485	28.707
2013	41.326	77.726	36.400
2014	65.329	106.155	40.826
2015	60.925	99.285	38.360
2016	41.794	74.026	32.232
2017	45.050	74.819	29.769
Demissões			
2011	7.853	34.176	26.323
2012	14.067	43.107	29.040
2013	26.003	60.977	34.974
2014	46.041	86.338	40.297
2015	52.013	93.033	41.020
2016	52.778	90.679	37.901
2017	34.809	66.191	31.382

Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS, CAGED.

4. Resultados

Com o objetivo de realizar um diagnóstico preciso da situação recente dos migrantes no mercado de trabalho formal no Brasil, procedemos à análise estatística dos registros de migrantes nesse mercado, para a década de 2010, levando em consideração os dados obtidos.

Figura 1 - Estoque de migrantes internacionais no mercado formal de trabalho brasileiro: 2010-2017

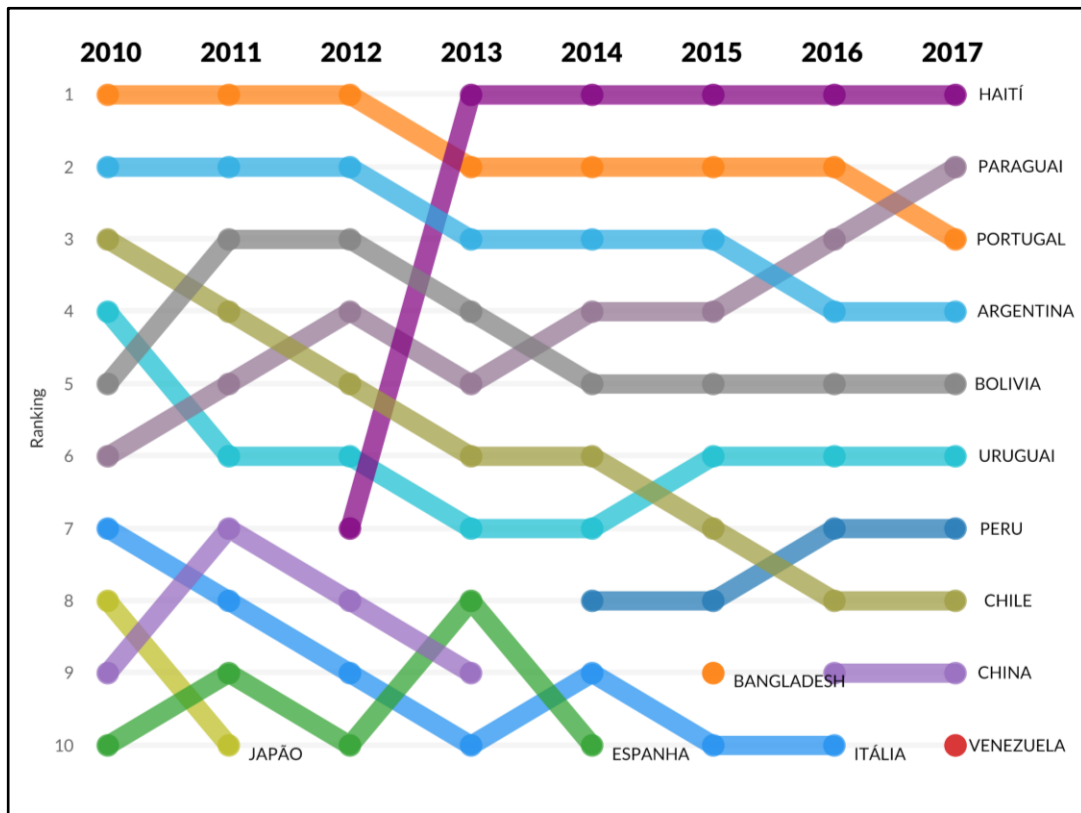


Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

Apesar do baixo estoque de migrantes na sociedade brasileira, os fluxos recentes implicaram em aumento de mais de 100% da presença de migrantes no mercado formal de trabalho, como mostra a figura 1. O estoque de migrantes saiu de 62.965 em 2010 para 130.101 em 2017. O pico foi em 2015, quando o mercado formal contou com registros de 135.813 migrantes.

Historicamente, a presença de migrantes originários de Portugal e outros países da América do Sul é a principal característica do mercado formal de trabalho entre estrangeiros. No entanto, a presença dos haitianos no mercado de trabalho é o principal destaque da década, passando a ser o principal coletivo migrante a partir de 2013, como mostra a Figura 2. Em 2017, os haitianos respondem por quase 30% dos registros no mercado formal, seguidos pelos paraguaios, com 6,2%. A inserção dos venezuelanos torna-se notória a partir de 2017 (2,1%), tornando Boa Vista uma das principais cidades em termos da proporção de migrantes no mercado formal de trabalho (ARAÚJO e QUINTINO, 2018).

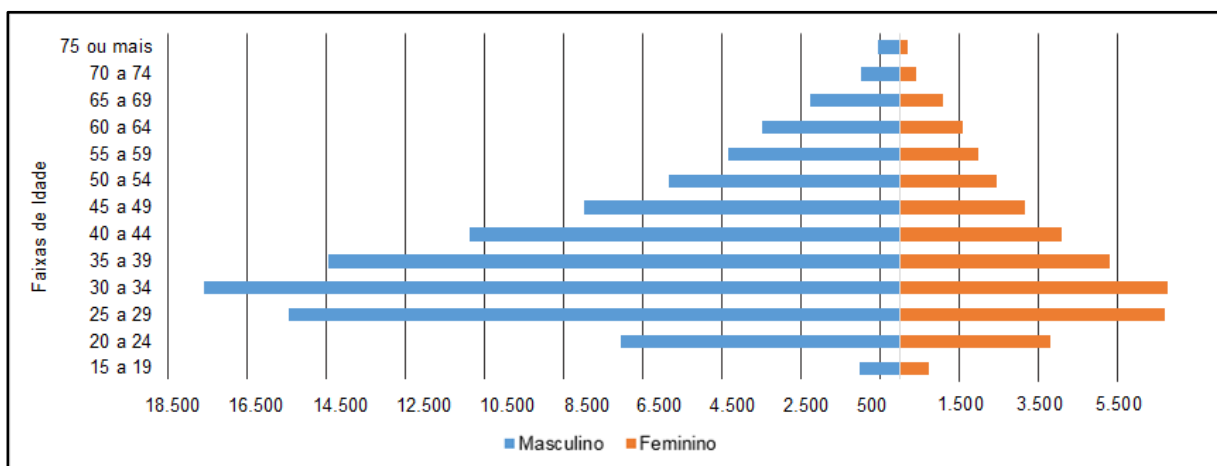
Figura 2 - Ranking de nacionalidades entre os migrantes internacionais no mercado formal de trabalho brasileiro: 2010-2017



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

O perfil dessa população migrante é majoritariamente jovem, em idade ativa para o trabalho, tendência que se reforçou ao longo da década. Em 2010, 23,3% dos migrantes tinham entre 20 e 34 anos, enquanto que, em 2017, esse número se elevou para 44,1%. Em relação à distribuição por sexo, a população migrante no mercado de trabalho é majoritariamente masculina (70,8% em 2017). A visualização da pirâmide demográfica na Figura 3 permite maior detalhamento dessas características.

Figura 3 - Estoque de migrantes internacionais no mercado formal de trabalho brasileiro por faixas de idade e sexo: 2017



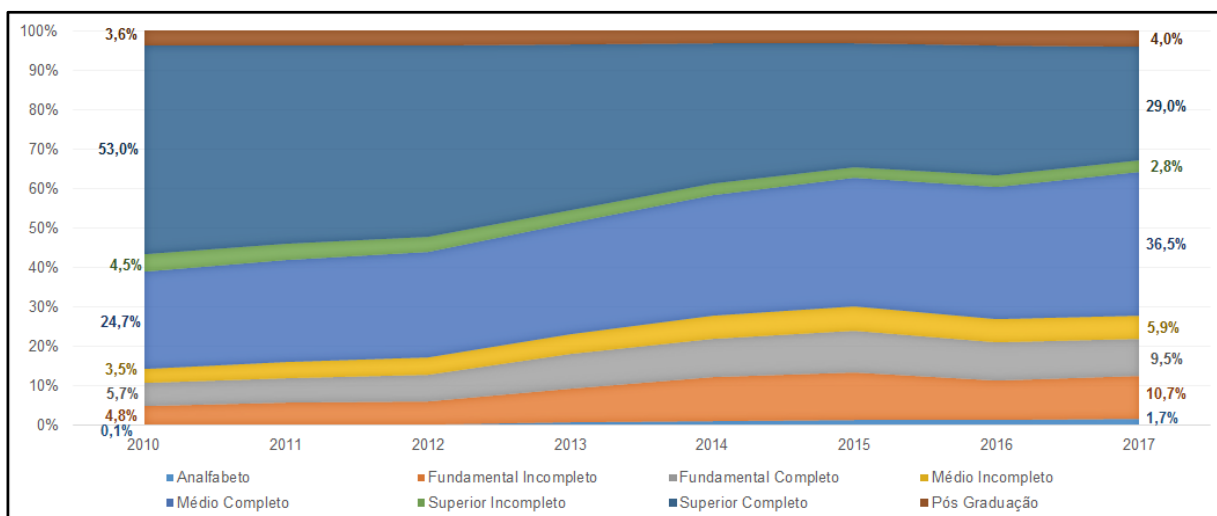
Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

Por outro lado, o nível de escolaridade nas novas correntes migratórias é, em média, menor, como revela a Figura 4. Em 2010, 56,6% dos migrantes no mercado formal de trabalho possuíam pelo menos o ensino superior completo, enquanto que, em 2017, esse percentual caiu para 32%. O aumento mais relevante foi entre indivíduos com ensino médio completo, que passaram de 24,7% para 36,5%. No entanto, todas as faixas de escolaridade inferiores tiveram aumento: analfabetos, indivíduos com fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto.

Em relação ao status migratório, variável cuja tipologia foi criada no âmbito deste trabalho a partir do amparo legal⁸, é notório o aumento de autorizações permanentes, sobretudo em 2017, enquanto que o número de refugiados cresce até 2015 e depois para de crescer, o que pode ser visto na figura 5. É importante destacar que o aumento observado nos refugiados se deve principalmente ao fato de que a CTPS considerou grande parte dos haitianos como refugiados, enquanto que o status correto seria temporário, tendo em vista a Resolução Normativa 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg, 2012).

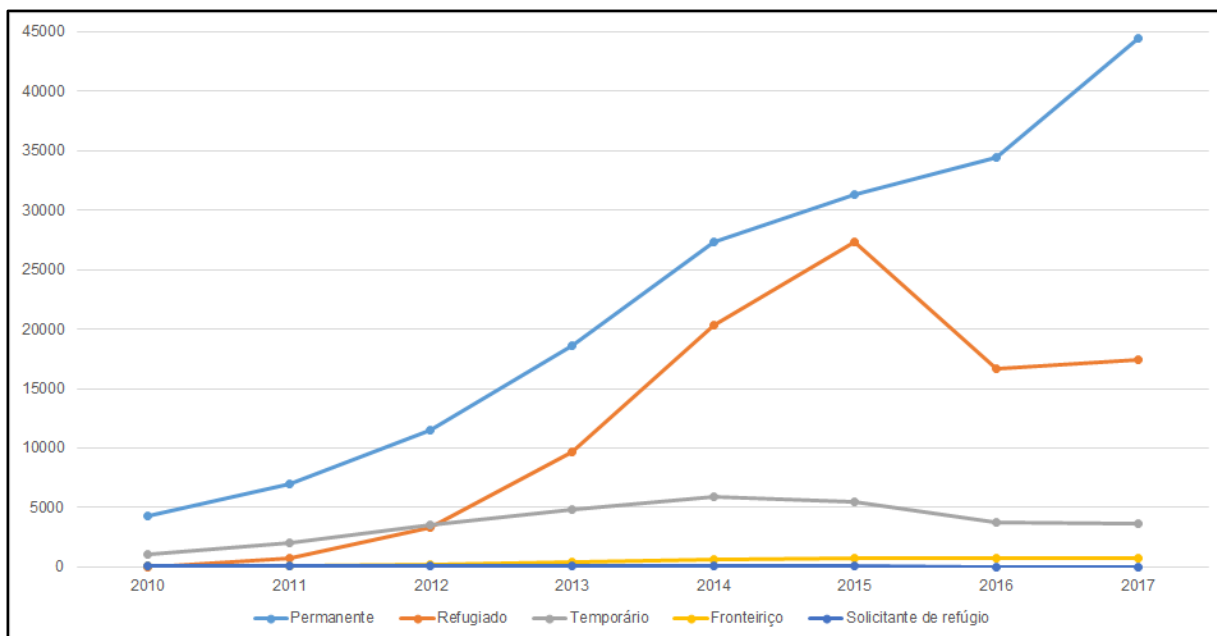
⁸ Ver tabela 3 do Anexo.

Figura 4 - Estoque de migrantes internacionais no mercado formal de trabalho brasileiro por grau de escolaridade: 2010-2017



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

Figura 5 - Evolução do estoque de migrantes internacionais no mercado formal de trabalho brasileiro por status migratório⁹: 2010-2017



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

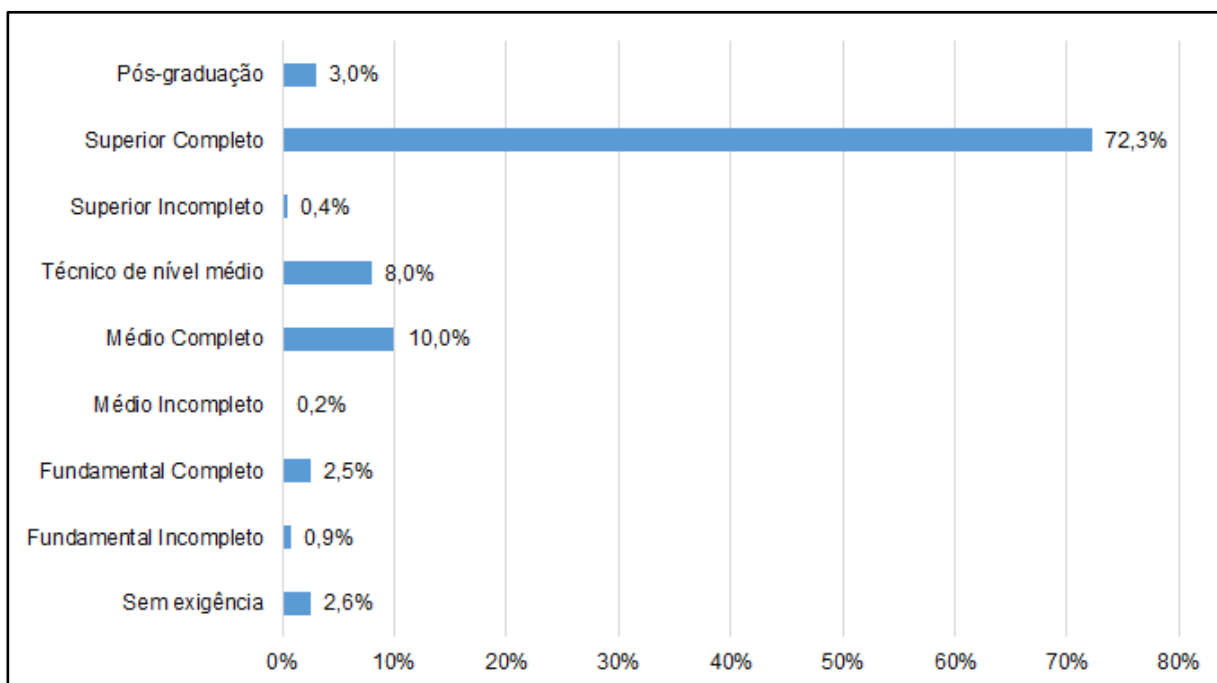
⁹ Não é possível atribuir o status migratório para todos os registros da base de dados. Sendo assim, o gráfico apresenta apenas os registros em que foi possível obter o status (37,4% da base de dados).

O emprego de tal tipologia, tendo em vista essa ressalva, permite aferir tendências específicas de cada perfil. Por exemplo, em termos regionais, percebe-se que há uma concentração de trabalhadores migrantes na região Sul, em especial haitianos. Os trabalhadores refugiados também estão concentrados na região Sul, mas outros estados se destacam como Mato Grosso, Amazonas e Roraima, este último em decorrência do recente fluxo de venezuelanos. Os trabalhadores migrantes temporários se concentram no Rio de Janeiro enquanto que os fronteiriços são mais frequentes no Rio Grande do Sul.

Como mostrado por Ruediger (2015), um dos gargalos da política migratória brasileira é a incapacidade, em muitos casos, de promover a integração no mercado de trabalho de acordo com a qualificação do migrante, o que estaria relacionado, entre outros aspectos, à dificuldade para validação de diplomas estrangeiras e reconhecimento de habilidades.

É possível medir a chamada inconsistência de status, isto é, a incompatibilidade entre competências/habilidades e funções exercidas por migrantes a partir dos dados utilizados neste trabalho. Quando observamos as principais ocupações de migrantes de alta escolaridade (pelo menos o ensino superior completo), vemos que as principais ocupações exigem de fato esse grau de escolaridade. As principais ocupações desse grupo são professores do ensino superior, assistentes administrativos, médicos e analistas de TI. Ainda assim, como mostra a figura 6, 24,6% dessa subpopulação encontra-se ocupada em empregos abaixo do seu nível de qualificação, o que sugere algum grau de inconsistência de status.

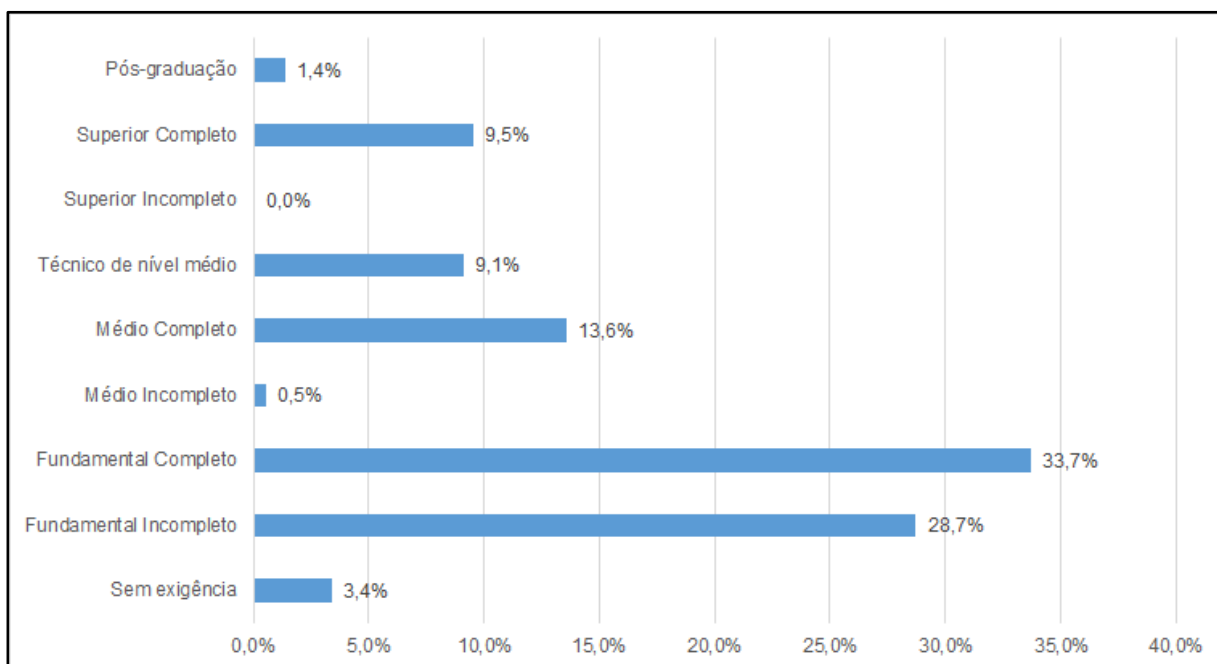
Figura 6 - Percentual de migrantes internacionais com ensino superior completo por nível de exigência da ocupação: 2010-2017



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

A maior parte desses migrantes possui status permanente, como revela a figura 5. No entanto, como o grupo de refugiados ganhou bastante destaque na década, é importante observá-lo em detalhe. Neste caso, o retrato é bastante distinto do que é apresentado na figura 6. Conforme a figura 7, 89% dos refugiados com pelo menos ensino superior completo possuem ocupações que não exigem esse nível de instrução, o que significa que há uma elevada inconsistência de status para este grupo. As principais ocupações são operários, magarefes, vendedores e pedreiros. Isso revela dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal para os refugiados e para os haitianos em situação de acolhida humanitária.

Figura 7 - Percentual de migrantes internacionais refugiados com ensino superior completo por nível de exigência da ocupação: 2010-2017



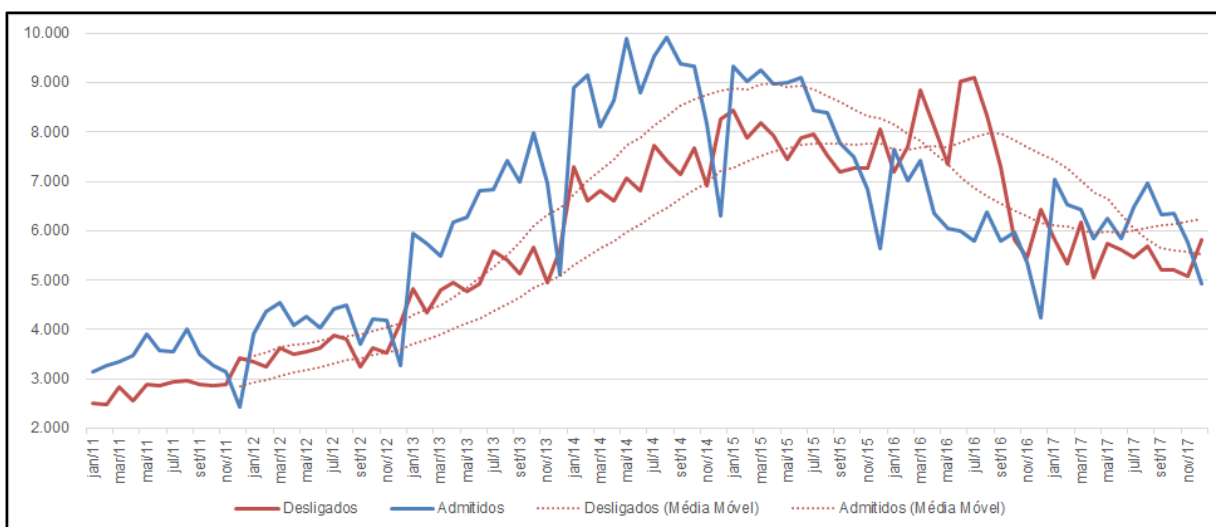
Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS.

Até aqui, analisamos os registros de estoque da base harmonizada, o que possibilita uma melhor compreensão sobre o perfil da população migrante no mercado de trabalho formal brasileiro. Outra análise possível é a de evolução temporal, que pode ser feita utilizando a base compatibilizada com o CAGED (movimentação). Essa análise sugere tendências bastante distintas no mercado de trabalho para brasileiros e estrangeiros.

Conforme mostram as figuras 8 e 9, os resultados apontam que a recuperação do emprego pós-recessão no Brasil foi mais rápida entre estrangeiros do que entre brasileiros na média, mas que a movimentação de estrangeiros é, em geral, mais volátil, o que está relacionado com as características dos empregos típicos dos migrantes, conforme visto anteriormente. Como o coletivo haitiano é o mais representativo da década, grande parte do comportamento visto neste gráfico se deve ao modo como esses imigrantes em particular se inserem no mercado de trabalho, sendo predominante o emprego em ocupações de baixa qualificação e alta

rotatividade, mais suscetíveis à sub-alocação, mas com maior capacidade de recuperação no curto prazo.

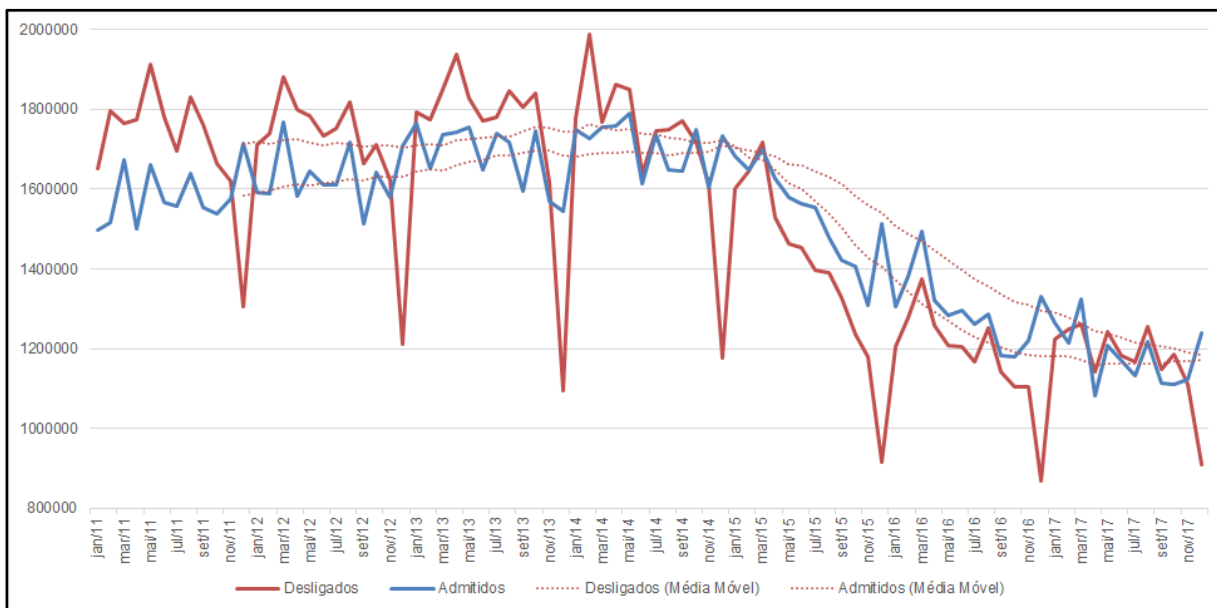
Figura 8 - Admissões e Demissões no mercado de trabalho formal brasileiro para estrangeiros: jan/2011-dez/2017



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS, CAGED.

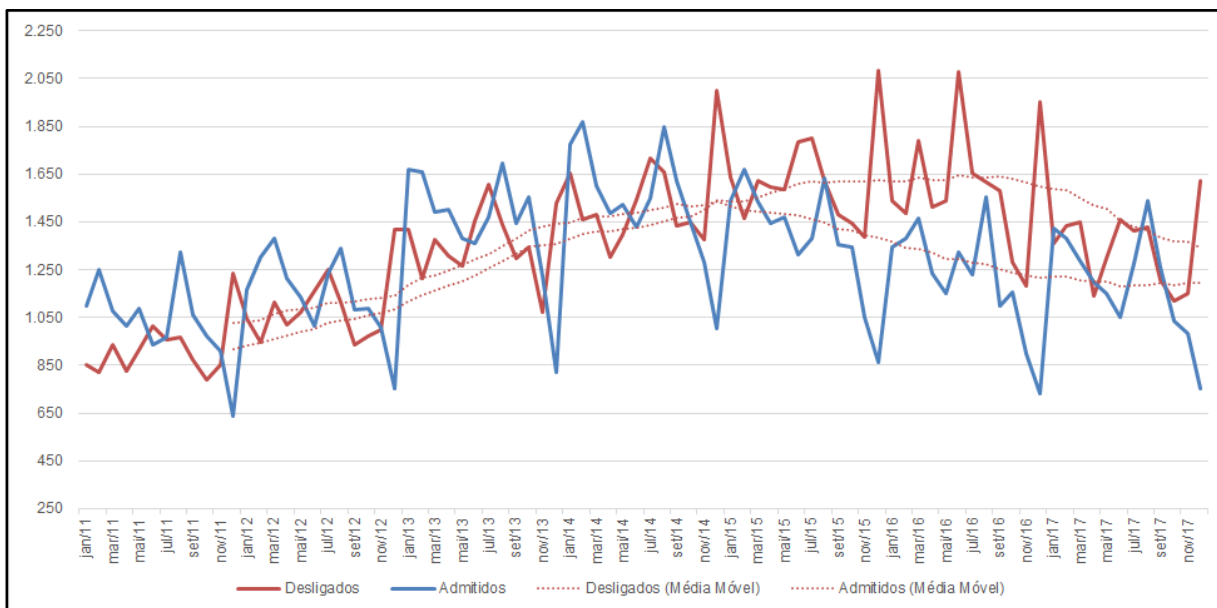
Isolando apenas a subpopulação de estrangeiros com ensino superior (figura 10) vemos que, apesar do comportamento das séries ser menos volátil, o saldo negativo é mais persistente, revelando maiores dificuldades na recuperação da inserção laboral deste perfil. Neste grupo, efeito da recessão parece ter durado mais tempo, o que sugere maior competição ou menor oferta de vagas.

Figura 9 - Admissões e Demissões no mercado de trabalho formal brasileiro: jan/2011-dez/2017



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS, CAGED.

Figura 10 - Admissões e Demissões no mercado de trabalho formal brasileiro para estrangeiros com pelo menos ensino superior: jan/2011-dez/2017



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS, CTPS, CAGED.

5. Considerações Finais

O presente artigo busca contribuir para o entendimento dos novos fluxos migratórios para o Brasil e de como os migrantes se integram no mercado de trabalho formal brasileiro a partir do cruzamento inédito de bases de dados. Em síntese, a análise sugere dificuldades de inserção no mercado de trabalho de acordo com habilidades e competências, em especial a migração forçada, como é o caso dos haitianos e venezuelanos. Estas dificuldades podem estar relacionadas, de um lado, às condições econômicas de absorção desses migrantes no país (PEREDA et al., 2019), mas também guardam relação com gargalos da política migratória brasileira, como problemas no acolhimento (SILVA e FERNANDES, 2017) e com a questão da validação de diplomas estrangeiros no caso dos migrantes com ensino superior (RUEDIGER et al., 2017).

Assim, apesar da nova Lei de Migração brasileira ser um avanço, não é suficiente para a integração adequada dos migrantes no mercado de trabalho com o aproveitamento de suas competências e o reconhecimento de eventuais impactos negativos sobre determinadas regiões do país. São necessárias ações estratégicas, com capacidade de antecipação e uso intensivo de dados e inteligência, incluindo a integração de dados, que permite monitoramento de melhor qualidade e avaliações mais precisas sobre a situação laboral dos migrantes.

O artigo sustenta que a integração dos dados existentes pode qualificar a tomada de decisão em termos de política e gestão das migrações internacionais no Brasil (Cavalcanti, 2015). Nesse sentido, é grande a expectativa em relação ao processo de pareamento das bases de dados que foram objeto deste estudo, com as que tratam do tráfego internacional de pessoas pelos pontos de fronteira e dos registros de migrantes, de responsabilidade da Polícia Federal, bem como das solicitações de refúgio, a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referências

ACCIOLY, T. A. Mobilidade da mão de obra qualificada no mundo atual: discutindo os conceitos de brain drain, brain gain, brain waste e brain exchange. In: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 6, Belo Horizonte, ABEP, 2009.

ARAUJO, D; QUINTINO, F. Migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro - Análise a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil: Relatório Anual 2018*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. *Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos*. Brasília: CSEM-Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 13-29, 2017.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, p. 119, ago. 2017. ISSN 1980-5519.

BÓGUS, L. M. M., & SILVA, J. C. J. Fluxos Migratórios Contemporâneos: Condicionantes Políticos e Perspectivas Históricas. *Fluxos Migratórios e Refugiados na Atualidade*, 27-44, 2017.

CAVALCANTI, L. Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro: desafios para políticas públicas. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*.p.21-35, V.11, n.16, jul-dez, 2015.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil*. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CNIg - Conselho Nacional de Imigração. *Resolução Normativa 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração*. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 07/02/2019.

DICK, P. C. et al. Pareamento das bases de dados sobre migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho formal. In: CAVALACANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil: Relatório Anual 2018*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

FERNANDES, D.; MILESI, R.; FARIAS, A. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v. 6, p. 73–97, 2012.

GUEDES, A. L., ACCIOLY, T., DUARTE, P. D. C., SANCHES, D., CALIL, L., RUEDIGER, T. T., e OLIVEIRA, W. (2018). Migrações internacionais: impactos dos novos fluxos migratórios no Brasil em perspectiva multidisciplinar. 42º Encontro Anual da ANPOCS GT16 Migrações internacionais: Estado, controle e fronteiras. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25736>>. Acesso em 13/05/2019.

OLIVEIRA, A. T. R. Fluxos migratórios recentes no Brasil: o cenário pós crise econômica de 2008. IX FÓRUM DE MIGRAÇÕES / MIGRATIC 2017. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

OLIVEIRA, A. T. R. de et al. Notas Metodológicas. In: CAVALCANTI, L et al (Orgs). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: Relatório Anual 2016*. OBMIGRA/UnB; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.

PEREDA, L., MARCHIORO, P., CAVALCANTI, L., e DE OLIVEIRA, M. Haitianos no Paraná (Brasil) em 2018: estratégias em momento de crise. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 13(1), 193-218.

RUEDIGER, M.A. *Análise e avaliação do desenvolvimento institucional da política de imigração no Brasil para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Dezembro, 2015. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/imigracao-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

RUEDIGER, M. A., LUZ, M. D., COUTO, M. I. M., FERNANDES, J. D. M., OLIVEIRA, W., BARBOSA, B. B., e ROTENBERG, M. R. Expatriados, imigrantes e refugiados no Brasil: trajetórias e estratégias de integração econômica e social. *Revista Mosaico*, vol.8, n.13, 2017.

SILVA, F. R., e FERNANDES, D. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, 13(18), 50-64, 2017.

SIMÕES, G. F. (org.). *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017.

VILLEN, P. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. *Seminário do Trabalho: Trabalho e Políticas Sociais no Século 21*, n. 8, 2012.

6. Anexo

Tabela 3 - Recodificação das Tipologias de Status Migratório

Tipologias de status migratório	Tipologias originais da base CTPS
Permanente	Acordo; Acordo Brasil e Argentina; Acordo Brasil e Bolívia; Asilado; Asilado Político; Circular 33; Dependente Diplomático; Dependentes Mais Médicos; Estrangeiro com Mais De 60 Anos, Com CIE; Estrangeiro com Mais De 60 Anos, Sem CIE; Lei N° 9.505 (Mais 60 anos/Def. Físico); Permanente; Permanente (maior 51 anos/Def. Fis.); Permanente RN 77.08 MTE (União Estável); Provisório; Provisório (Anistiado); Provisório - Circular 33; Prt. 2524/08 MJ(maior 51 anos/Def. Fis.); Registro Provisório Com CIE; Registro Provisório Sem CIE; Temporário Item V; Tratado de amizade Brasil/Portugal
Temporário	Temporário; Temporário (eventos esportivos); Temporário Item III; Temporário(Eventos Esportivos)
Fronteiriço	Fronteiriço
Refugiado	Base Lei N. 9474; Base Lei N. 9474 (Refugiado); Base Lei N. 9474 art. 21 § 1º; Base Lei N. 9474 art. 21 § 1º (Pedido de Refugio); Base Lei N. 9474 de 22/07/97, Com CIE; Base Lei N. 9474 de 22/07/97, Sem CIE
Solicitante de refúgio	Pedido de Refugio
Ignorado	Sem informação

Fonte: elaboração própria a partir do dicionário de variáveis da CTPS.